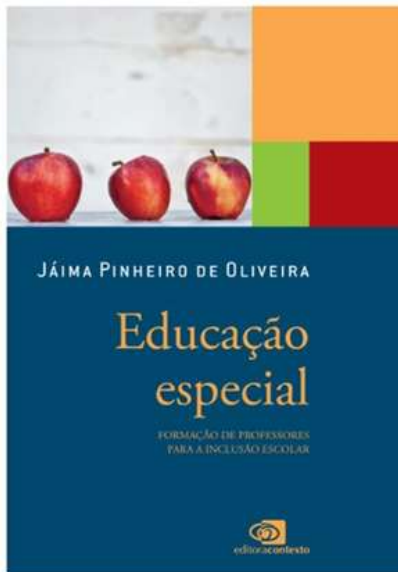


## RESUMO DO LIVRO



Uma das maiores demandas da área de Educação hoje é, sem dúvida, compreender as temáticas que estão vinculadas direta ou indiretamente com uma proposta de Educação Inclusiva, expressão utilizada para se referir ao direto à educação de qualidade que os mais diferentes grupos sociais, historicamente excluídos da escola, possuem. Quando falamos de Educação Inclusiva, estamos nos remetendo a um movimento filosófico e político mundial que prioriza: o acesso à educação, a participação

em atividades propostas pela escola e, fundamentalmente, a garantia do aprendizado.

Nesse contexto, estão inseridas também as discussões sobre a Inclusão Escolar, expressão adotada aqui para se referir ao processo de escolarização de sujeitos que fazem parte do chamado público-alvo da Educação Especial, em escolas regulares, nas salas comuns. Esse público hoje, é constituído por: pessoas com deficiência, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Altas Habilidades e/ou Superdotação. A especificação desse público foi reiterada, ao longo das últimas três décadas, em documentos relacionados à Educação Especial, principalmente, na atual *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação inclusiva*, publicada em 2008. Por ter sido publicada em 2008, a Política Nacional traz essa nomenclatura da seguinte forma: “aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação”. No entanto, desde 2013, os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) foram integrados ao diagnóstico de Transtornos do Espectro Autista (TEA), pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), por isso, ao longo do livro, optei por utilizar essa nomenclatura atual.

A compreensão deste e de outros conceitos ajudam a fornecer suportes fundamentais a essa escolarização e viabilizar, de maneira justa e satisfatória, a

efetivação do direito que essas pessoas possuem de estudar na rede regular de ensino, garantido na legislação nacional há décadas.

Por isso a necessidade de um material didático que proporcione um conhecimento básico sobre aspectos envolvidos nesse processo, é de extrema importância e essa é a proposta desse livro, que tem como foco, portanto, o processo de Inclusão Escolar.

Ao longo dos capítulos dessa obra, os leitores encontrarão temas que fundamentam as principais discussões no campo da Educação Especial, com destaque para: capacitismo, concepções e conceitos sobre deficiência; aspectos históricos do processo de escolarização das pessoas com deficiência no nosso país; dispositivos legais que fornecem suporte para a organização de uma escola com perspectiva inclusiva; e discussões atuais relacionadas aos suportes necessários para os casos que possuem especificidades a serem consideradas ao longo de sua escolarização.

No capítulo 1 eu trouxe uma noção geral sobre capacitismo e alguns modelos de compreensão sobre deficiência. A partir desses conceitos é que nós podemos desconstruir aspectos relacionados à discriminação de pessoas com deficiência e compreender os motivos pelos quais o processo de escolarização dessas pessoas tem que acontecer na escola regular, em sala comum, fundamentalmente, respeitando o direito que todos possuem à Educação.

No capítulo 2 foi dado um destaque para o “público-alvo da Educação Especial?”, expressão bastante utilizada no dia a dia. Nesse capítulo foram indicados os sujeitos que fazem parte desse chamado público-alvo da Educação Especial, considerando aspectos atuais dessa nomenclatura e aqueles presentes em documentos que definiram esse público-alvo ao longo da construção de políticas públicas voltadas para a Inclusão Escolar.

No capítulo 3, de modo a dar continuidade ao conteúdo do capítulo 2, foram destacadas duas condições que, sem dúvida, têm sido muito prevalentes na escola, a saber: o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Deficiência Intelectual (DI). É necessário falar sobre aspectos históricos envolvidos no diagnóstico de Deficiência Intelectual, tão presente ainda nas escolas, infelizmente. Por isso, o objetivo desse capítulo, foi destacar essas duas condições, de modo que complemente também o conteúdo do capítulo 2.

No capítulo 4 eu destaquei um arcabouço legislativo e de diretrizes nacionais que forneceram e ainda fornecem suportes para a construção de uma escola com perspectiva inclusiva. Tentei fazer isso de uma maneira mais prática, citando alguns pontos desses documentos e, principalmente, comentando as implicações deles no dia a dia das escolas.

No capítulo 5 a Pedagogia ganhou relevo, especialmente, por ser responsável pelas etapas iniciais da Educação Básica e, portanto, por trabalhar com crianças. Existem outros campos de atuação da Pedagogia, claro, mas foram destacados nesse capítulo, o papel do professor dessas etapas iniciais da Educação Básica, que desempenha ações fundamentais para a promoção da Inclusão Escolar.

No capítulo 6 eu descrevi e discuti um pouco sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), destacando aspectos do funcionamento desse serviço de apoio especializado com o qual a escola regular conta. Não custa lembrar que sem esse suporte o processo de inclusão escolar fica muito fragilizado. Aqui também foi destacado um dos instrumentos mais importantes que ajudam nesse trabalho, a saber: o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) ou Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), ambos são sinônimos.

O capítulo 7 foi dedicado aos conceitos que permeiam os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), com foco para os aspectos de acessibilidade curricular e, principalmente, para aqueles elementos que possibilitam essa acessibilidade, nas suas mais distintas dimensões, eliminando possíveis barreiras que podem impedir o estudante de participar do processo de aprendizagem e de formação humana. Com isso, não tem como não abordar também conceitos da área de Tecnologia Assistiva, imprescindíveis para que uma perspectiva inclusiva de escola seja efetivada.

No capítulo 8 foram abordadas as práticas colaborativas dentro e fora da escola. São elas que dão suporte ao processo de Inclusão Escolar, o tempo todo, principalmente as ações entre o AEE e a sala comum. Além disso, esse trabalho colaborativo pode ser um ponto chave para a formação permanente de professores. Nesse capítulo também foram destacadas algumas possibilidades de assessoria educacional, efetivadas por meio de ações intersetoriais que tem como foco principal a construção de objetivos comuns para aqueles estudantes

que possuem demandas específicas, tais como os atendimentos e acompanhamentos das áreas de saúde e assistência social.

Estes foram os temas escolhidos para serem tratados na composição dessa obra. Existem vários outros, por exemplo, ligados ao mercado de trabalho, ao Ensino Técnico, à transição das pessoas com deficiência da escola para o mercado de trabalho, para o Ensino Superior e demais participações sociais. Mas, priorizando aspectos escolares, com certeza, o conteúdo trabalhado aqui fornecerá uma base fundamental para as discussões vinculadas à Educação Especial, enquanto proposta pedagógica da escola regular, ou enquanto “modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular”, definição explicitada dessa forma e por isso o uso das aspas, na *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação inclusiva*, publicada em 2008.

Desejo que essa leitura forneça essa base almejada e incentive professoras e professores a alçarem voos cada vez mais altos rumo à construção de uma Educação Inclusiva.

Link de apresentação do livro em vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=yPdZ7nSJNGM&t=7s>